

# PONTOS DE VISTA, METÁFORAS, IRONIAS E AS TRANSFORMAÇÕES DA IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA

Idilva Maria Pires Germano\*

## RESUMO

*Este trabalho discute a crescente mistura de gêneros que vêm marcando o pensamento e as práticas das Ciências Sociais, levando-as a aproximações cada vez mais intensas com as formas e linguagens estéticas, na intenção de escapar dos diversos reducionismos aos quais estão sujeitas. Toma como ponto de partida as reflexões de Geertz e Quéré acerca da natureza hermenêutica dos estudos sobre o social, para depois apresentar os conceitos de ponto de vista, metáfora e ironia, como base para pensar no modelo de uma Estética Cognitiva para as disciplinas sócioantropológicas.*

*Palavras-Chave: Sociologia Hermenêutica; Estética Cognitiva, Ponto de vista, Metáfora, Ironia.*

*Points of view, metaphors, ironies and the changes of sociological imagination*

## ABSTRACT

*This paper discusses the problem of the "blurred genres" in actual Social Sciences and the increasing interests of social fields in artistic forms of knowledge, as means of protection against various kinds of simplistic thought. It starts with Geertz's and Quéré's reflections on the interpretative nature of social studies, later introducing the concepts of point of view, methaphor and irony, to suggest Cognitive Esthetics as a model for sociological imagination.*

*Key words: Hermeneutics/Interpretative Sociology, Cognitive Esthetics, Point of view, Metaphor, Irony.*

\* Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

# 1. A QUESTÃO DOS GÊNEROS INDEFINIDOS E A RECONFIGURAÇÃO DO PENSAMENTO SÓCIO-ANTROPO-LÓGICO

Em *Saber Local*, Clifford Geertz (1999) assinala uma série de transformações que marcam a teoria social contemporânea. Uma delas é o surgimento de uma miscelânea de estudos sobre o social cujos gêneros parecem indefinidos ou misturados. Outra mudança é que muitos cientistas sociais hoje tendem a deslocar sua atenção para os fenômenos do simbolismo, numa clara assunção de que sua tarefa é bem mais interpretativa do que explicativa, contrariando os princípios e métodos da tradição objetivista. Além disso, o discurso de tais estudos se vale cada vez mais de analogias tomadas de empréstimo às humanidades - teatro, pintura, literatura, retórica, direito, gramática etc. - e cada vez menos das analogias mecânicas e orgânicas características do pensamento sociológico clássico. Esses fatos reunidos indicam uma espécie de reviravolta cultural, onde filósofos, críticos literários, historiadores, romancistas, sociólogos e ideólogos produzem discursos sobre o social que parecem se mesclar uns aos outros, quebrando as fronteiras das especialidades e tornando difícil a classificação das obras e dos autores. O estado da teoria social hoje sugere que esse foi o modo encontrado para as Ciências Sociais criarem personalidade própria - mesmo que plural - e assim, se desfazerem das idéias recebidas sobre o que e como investigar seus objetos. A vocação das Ciências Sociais parece mais assumida: ao invés de imitar modelos de um ou outro saber, é possível descobrir ordem na vida coletiva pela via hermenêutica. A abordagem interpretativa concebe a vida social como uma realidade organizada em símbolos cujos significados devem ser apreendidos para que se compreenda tal organização e se formulem seus princípios. A opção hermenêutica não significa a renúncia à teorização: procura-se saber o quê e como uma coletividade pensa ou age a fim de distinguir princípios para além daquela sociedade particular, ou seja, leis da ordem social e de outras experiências da sociabilidade humana. Esse deslocamento no olhar sociológico é acompanhado

por novidades na retórica analítica, isto é, nas figuras utilizadas para a explanação dos fenômenos. É assim que vemos as analogias da conduta social como máquina ou organismo serem substituídas por analogias tais como a do jogo, teatro ou texto. Certamente que a mudança não ocorre apenas no nível da representação lingüística no sentido estrito, mas ela significa principalmente a transformação radical na imaginação sociológica, obrigada a pensar e a dizer o real a partir do paradigma da intersubjetividade.

Quer a conduta humana seja concebida como lugar de regras e estratégias (como jogo), de atores, máscaras e rituais (como teatro), ou de ditos e não-ditos (como texto), verifica-se que essas analogias traduzem um mesmo posicionamento filosófico, a saber, que todo conhecimento é construído no interior de uma comunidade de discurso. Essa abordagem, a do *realismo simbólico* (Menezes, 1996), supõe a existência de realidades múltiplas construídas intersubjetivamente, de modo que a própria ciência - tal como o senso comum, o mito, a arte - é vista como construção parcial e metafórica da realidade. Essa visão destrói o ideal de unanimidade explicativa e a pretensão de descrição fiel das coisas. Os objetos científicos deixam de ser considerados dados, e as proposições científicas renunciam à univocidade.

Com efeito, a preocupação atual com a metáfora na ciência é fruto da reviravolta lingüística na filosofia. Considerando que todo saber é mediado por símbolos localizados, a distinção tradicional entre arte e ciência torna-se mais tênue, elevando a metáfora a um lugar central na discussão epistemológica e ontológica, e dispondo-a como modelo para o pensamento sociológico. Não se reconhece mais a existência de um saber dos saberes, que esteja fora da mediação cultural. Na sociologia e na antropologia, o uso das metáforas passa a ser internamente objeto de reflexão e as próprias metáforas agora traduzem o espírito "dialógico" da realidade social: intertextualidade, jogo, etc. Essas analogias, entretanto, apresentam-se como caminho de mão-dupla: podem tanto oferecer imagens fecundas ao pensamento, quanto soluções enganosas e simplistas. Uma das dificuldades no uso científico das novas figuras de linguagem é que nessa

fronteira indistinta entre as artes e a ciência, é fácil tropeçar nos conceitos e no vocabulário da Estética quando na sua transposição para a teoria social. No lado das vantagens, essas analogias permitem visualizar melhor a articulação epistemológica entre os procedimentos estéticos e científicos, tradicionalmente inconciliáveis, na construção e representação do real.

De fato, as Ciências Sociais têm admitido o “argumento hermenêutico” a fim de lidar com várias reduções epistemológicas. O “argumento hermenêutico” refere-se à “proposição de que a realidade social só se revela *na e pela* interpretação, em virtude de sua consistência própria: não somente ela é pré-interpretada por aqueles que nela vivem (versão tímida), mas, sobretudo, ela se constitui *na e pela* interpretação de si mesma, no sentido de que a atividade e as instituições sociais organizam-se e estabilizam-se através das interpretações dos agentes a seu respeito.” (Quéré, 1992: 49)

Essa peculiaridade faz com que a sociologia apresente um estatuto “duplamente hermenêutico”. O seu objeto - a ação social - é produzida e mantida por meio de uma interação simbólica entre atores que atribuem inteligibilidade e pertinência a essa conduta; por outro lado, a disciplina tem que recorrer à interpretação como meio para o entendimento desse mundo simbólico, seja na coleta de dados (a observação significa identificação de um fato como isso ou aquilo, o que pressupõe a explicação de um sistema simbólico dentro do qual a decisão quanto à natureza do fato foi tomada) ou na sua análise em sentido estrito. Para Quéré, o olhar interpretativo combate dois tipos de limitações comuns do pensamento sociológico: a “redução empiricista” e a “redução construtivista”.

A redução empiricista consiste em dividir o objeto em dois elementos: uma realidade bruta (à qual se atribui propriedades independentes de sua qualidade de objetos da experiência subjetiva dos agentes) e um sentido atribuído a essa realidade pelos sujeitos, sob forma de valores, atitudes etc. Para conhecer a experiência, portanto, converte-se a mesma a fatos brutos, como, por exemplo, categorias

profissionais, etárias, sexuais, religiosas e outras, elas mesmas deixadas sem interpretação. A tarefa do pesquisador é extrair as regularidades com que tais disposições se manifestam em certas amostras (cuja escolha também não é interpretada) de modo descritivo. Nesse caso, não vale a interpretação, já que ela é produtora de dissenso, mas uma verificação de proposições descritivas observáveis e suscetíveis de refutação. No positivismo lógico, a interpretação só é permitida no plano da formulação de hipóteses, na contextualização do objeto, mas é vedada na instância da prova.

A crítica hermenêutica ao positivismo volta-se principalmente para a sua perda do sentido intersubjetivo da ação social. Uma das conseqüências do empiricismo é uma redução subjetivista da cultura, isto é, a cultura passa a ser vista como o conjunto das atitudes individuais tomadas por cada sujeito em certa coletividade para com um mundo objetivo pretensamente fora das suas experiências de interação simbólica<sup>1</sup>. O positivismo também não lida adequadamente com o problema da auto-interpretção nas Ciências Sociais, uma vez que não inclui em sua análise aquilo que torna os fatos brutos inteligíveis para a investigação. Daí os delineamentos mais empiricistas privilegiarem o pólo técnico da pesquisa (adotando a distinção de Bruyne et al, 1977) e suas exigências de precisão e validade, *uma vez as variáveis estejam operacionalizadas*. No âmbito de uma Sociologia e Psicologia Social reflexivas, o momento da problematização se torna mais complexo, envolvendo uma discussão das categorias pré-determinadas (sexo, profissão, classe social e assim por diante) e do trabalho social que as produziu. Esse procedimento evitaria o obstáculo que Bourdieu (1989) chama de “senso comum douto”, muito comum nesses tipos de desenhos positivistas.

Na redução chamada por Quéré de “construtivista”, a inteligibilidade das condutas sociais se dá em termos de determinações ou constrangimentos externos aos indivíduos - um sistema de leis, regras, estruturas objetivas que fixam as disposições e que dirigem as práticas. A teoria

<sup>1</sup> Argumento que é a base da crítica a certa linhagem de Psicologia Social.

sociológica busca, aqui, *reconstruir* tais mecanismos de coerção, adotando algumas premissas: a ligação estável entre a situação e os comportamentos nela ocorridos; a idéia de que as ações particulares são representadas por seus agentes como pertinentes a uma classe de ações e essa pertinência dirige a ação do agente em cada situação; e por fim, a existência de um consenso cognitivo ou partilha de um mesmo sistema de símbolos e significados, que permite a cada um dar uma resposta apropriada a cada situação. A tarefa sociológica reside em identificar as estruturas objetivas (ex. “o campo” de pertença, o “habitus”, como em Bourdieu) e deduzir daí os traços pertinentes dos comportamentos observados, mostrando que essas disposições duradouras são o que confere à ação o seu caráter racional e ordenado, mediante arbitrariedade social e cultural. O modelo de análise é bem mais explicativo do que descritivo ou interpretativo e se vale da forma dedutiva, com intenção nomológica (Quéré, *op. cit.*: 54-55)

A crítica hermenêutica mais concreta nesse caso é o risco de considerar falas e atos singulares dos agentes como ilustrações ou exemplos das categorias do sociólogo, bem como a pouca atenção que se dá ao modo como opiniões singulares sobre o que deve ser feito se convertem em signos de regras, papéis, etc. Como se percebem as estruturas objetivas por detrás das ações singulares? Para Quéré, o programa da etnometodologia se propõe a solucionar esse problema, buscando investigar empiricamente o argumento hermenêutico. Ela procura examinar as práticas usadas pelos membros de uma coletividade para dar inteligibilidade às suas ações e como essa auto-percepção mediatiza a organização das relações interpessoais e a ordem social. A tarefa deixa de ser a explicação dos mecanismos de constrangimento entendidos como externos aos agentes para ser a explicação do sistema de saberes e práticas cotidianos produzidos e compartilhados no próprio interior das estruturas de experiência. Desse modo, o modelo é o de uma sociologia da interpretação ordinária. Um tratamento empírico dessa natureza focalizaria o caráter público e observável do sentido, sem cair numa investigação intuitiva das vivências, nem reproduzir as reduções já comentadas.

Ainda no encaço de modelos epistemológicos capazes de defender as Ciências Sociais das ameaças reducionistas, a reflexão interna das disciplinas tem se voltado cada vez mais para as formas e linguagens estéticas, cujos fundamentos de apreensão do real parecem objeto de partilha comum. É assim que pontos de vista, metáforas, ironias e outros tropos deixam de ser entendidos como assuntos exclusivos da literatura, para ser reivindicados por cientistas sociais empenhados na ampliação dos horizontes do seu trabalho.

## 2. O MODELO DA ESTÉTICA COGNITIVA E SUAS APLICAÇÕES NA SOCIOLOGIA: PONTOS DE VISTA, METÁFORAS, IRONIAS.

A partir da perspectiva do realismo simbólico, verifica-se que a arte pode contribuir para o próprio desenvolvimento das Ciências Humanas, fornecendo-lhes informações importantes sobre seu caráter de cognição. A Sociologia comumente aborda a arte como um objeto externo, nas diferentes teorias sociológicas das formas estéticas ou das obras de arte. Entretanto, a arte pode ser investigada pela Sociologia na sua perspectiva de produção de conhecimento, como caminho para a compreensão da ação social. A arte, que assume de partida sua condição de “criadora de sentido” pode, assim, oferecer um modelo para a investigação social que admite como pressuposto o caráter de criação do conhecimento. A Estética torna a ficcionalidade do real mais visível, daí a pertinência para a teoria sociológica de base hermenêutica.

Embora pouco tematizada na Sociologia, a noção estética de *ponto de vista* mostra-se bastante próxima da reflexão sociológica sobre o lugar ocupado pelo cientista em relação ao seu objeto de investigação. A necessidade de um meio-termo entre o distanciamento e a proximidade do objeto pelo sujeito cognoscente é compartilhada pela percepção estética, que identifica no modo de conhecimento artístico um posicionamento subjetivo feito ao mesmo tempo de atenção desinteressada e de participação. Com efeito, o discurso sociológico de vertente hermenêutica assinala que o trabalho de pesquisa exige uma objetividade composta dos dois

tipos de distância. É nesse sentido que surge a estratégia metodológica da “observação participante”, que permite ao pesquisador dar conta do seu objeto, sem e confundir com ele, nem dele se afastar ao ponto da neutralidade.

Dessa forma, distanciamento estético e distanciamento sociológico seguem uma mesma atitude de descoberta. Por meio da sátira, o narrador de *Viagens de Gulliver* consegue fixar um outro ponto de vista sobre sua sociedade, de forma a provocar uma cisão nas visões estabelecidas e uniformes sobre ela. Isto é, sob o pretexto de descrever as estranhas práticas dos povos que visitou, Gulliver, como estrangeiro, esclarece a lógica subjacente às condutas bem mais familiares de sua própria sociedade. O autor marca, assim, a necessidade de distanciamento e do exercício do pensamento relacional para se conhecer a realidade. Nesse caso, o deslocamento espacial evocado com o termo “viagem” serve como metáfora do trabalho intelectual crítico que deve se dispor a se afastar do sentido evidente e comum para dar conta das próprias leis dos sentidos ordinários.

A posição de Gulliver (espelho do olhar irônico do seu criador) aproxima-se da atitude do sociólogo que aceita a reflexividade de sua disciplina. Assim a postura de “estranhamento” do nosso herói é o estado de espírito do intelectual que, ao desejar “conhecer os outros, não pode contentar-se com estudá-los, mas deve também *escutar-se* e *confrontar-se*...” (Gouldner, *apud* Menezes, 1996: 36)

Do mesmo modo que os *pontos de vista*, a *metáfora* também amplia as possibilidades de reflexividade das Ciências Sociais. Por muito tempo considerada simples adorno para fins persuasivos ou, na pior das hipóteses, perigoso instrumento de engano para os espíritos incautos, o aspecto cognoscitivo da metáfora permaneceu desconhecido ou pouco tematizado. Para alguns filósofos, como Paul Ricoeur (1992), a linguagem metafórica do poeta também é *sobre* a realidade (não só sobre a palavra) e sua atuação se dá mediante a abolição da conotação normal (literal) da linguagem descritiva. As metáforas, via suspensão do olhar ordinário, permitem ver as coisas de maneira nova ou diferente. Ela evoca a multiplicidade de “verdades” de que é feito o universo dos sentidos. Como mostra Karsten Harries (1992), o poder da metáfora reside “mais

na habilidade de revelar a inadequação da língua que herdamos, das lentes através das quais vemos as coisas. Revelando essa inadequação, a poesia restabelece a fissura que separa as palavras das coisas, o conflito entre a língua e o que a transcende como seu terreno e medida.” (*in* Sacks, 1992: 173)

A capacidade de evocar visões duplas ou estereoscópicas também é fornecida pela *ironia*. Nas sua origem, a ironia designava a arte de interrogar, com o fim de estimular a “maiêutica” ou o surgimento de idéias. Ela consistia em propor questões aparentemente ingênuas ao interlocutor desavisado, a fim de confundí-lo e forçá-lo a pensar em seus próprios argumentos (Moisés, 1995:295). Como forma de apreensão da realidade, pode-se dizer que constitui-se uma epistemologia, além de uma prática persuasiva. Modernamente, a ironia é entendida como figura do pensamento e da palavra que consiste em dizer o contrário do que se pensa. Do ponto de vista de sua estrutura, ainda segundo Moisés, a ironia situa-se entre duas realidades, no limiar entre conteúdos distintos. Ela pressupõe que o interlocutor, embora não venha a compreender a mensagem de imediato, seja capaz de reconhecê-la através de uma análise mais atenta das palavras e de seu contexto de uso. Desse modo, a ironia mostra-se como importante instrumento de conscientização, já que supõe a admissão da potencialidade de mentira implícita na linguagem. A idéia de negatividade presente na ironia, literária portanto, é compartilhada pela prática científica, principalmente no âmbito das disciplinas humanas.

Os estudos literários têm distinguido pelo menos dois tipos de ironia: uma dita ironia retórica, e outra, chamada de ironia romântica, porque forjada a partir dos princípios filosóficos do romantismo (mas não restrita à literatura romântica propriamente dita). Na ironia retórica, identificada com a sátira, o locutor espera que o receptor decodifique a mensagem que já está pronta e que o locutor concebe como “correta” ou “verdadeira”. Seu caráter é mais monológico e mais autoritário, uma vez que o receptor deve apreender o sentido ou o partido do ironista e não, criar um sentido. Ou seja, nesse tipo de ironia, há maior passividade do receptor e a mensagem é aceita sem contradição. No caso da “Modesta Proposta” de Swift, onde o narrador

propõe a criação e o abate de criancinhas para o problema da fome dos pobres da Irlanda, o efeito irônico decorre da discordância de vozes entre o narrador e o autor. Também é o caso da “Teoria do Medalhão” de Machado de Assis, que apresenta os insólitos conselhos de um pai ao seu filho de vinte um anos. No diálogo, o experiente pai, representante da classe senhorial do II Império, define as condições a serem observadas pelo jovem a fim de alcançar o prestigiado destino de “medalhão” na sociedade brasileira oitocentista. Entre os requisitos para a brilhante carreira, está a de não nutrir idéias, nem estimular quaisquer capacidades intelectuais:

*Tu, meu filho, se não me engano, pareces dotado da perfeita inófia mental, conveniente ao uso deste nobre ofício. Não me refiro tanto à fidelidade com que repetes numa sala as opiniões ouvidas numa esquina, e vice-versa, porque esse fato, posto indique certa carência de idéias, ainda assim pode não passar de uma traição da memória. Não; refiro-me ao gesto correto e perfilado com que usas expender francamente as tuas simpatias ou antipatias acerca do corte de um colete, das dimensões de uma chapéu, do ranger ou calar das botas novas. Eis aí um sintoma eloqüente, eis aí uma esperança. No entanto, podendo acontecer que, com a idade, venhas a ser afligido de algumas idéias próprias, urge aparelhar fortemente o espírito. As idéias são de sua natureza espontâneas e súbitas; por mais que as sofremos, elas irrompem e precipitam-se. Daí a certeza com que o vulgo, cujo faro é extremamente delicado, distingue o medalhão completo do medalhão incompleto. (1986: 290)*

A ironia, advinda da clara oposição entre os valores do autor e os de seu personagem, permite ao contista firmar sua visão crítica sobre a sociedade do seu tempo, marcando seu ponto de vista como mais verdadeiro, e mais nobre. O leitor é conduzido a compartilhar essa “leitura”, presumidamente a leitura correta. Nessa ironia, apesar da feroz crítica à sociedade, não haveria uma verdadeira ruptura com ela, já que o autor busca apoio e reforço às suas idéias junto a essa mesma sociedade (Duarte, 1994).

No romantismo, os pressupostos são a oposição entre indivíduo e sociedade e a valorização da subjetividade negada pelo sistema. Esses princípios levam ao reconhecimento do eu e da opinião individual e, portanto, à valorização do outro (como um outro eu) e à busca do diálogo. O escritor se dá conta da impossibilidade de um relato completo da realidade, para além das subjetividades que a constroem. Como consequência, o eu enunciador torna-se mais visível e passa-se a admitir o caráter ficcional ou construtivo da obra. Na concepção da ironia romântica, esta surge como atitude crítica, que, no texto, se apresenta como contradições e ambigüidades na trama e uma freqüente referência à própria construção textual. Como mostra Lélia Duarte, é assim que certos contos de Guimarães Rosa e de Machado de Assis<sup>2</sup> evocam o trabalho de construção da própria narrativa que estão a fazer. Ao invés de antífrases com significados definidos (e freqüentemente opostos), o que aparece é a falta de sentido prévio que deverá ser construído pelo leitor ativa e criativamente. Nesse caso, a ironia traduz uma forma de concepção do real: que ele é inventado (e não dado à consciência), que é múltiplo (que não há sentidos “melhores” ou “mais verdadeiros” que os outros) e que não está sujeito à imitação pela consciência (que o literário - ou o científico - não é mimese do real). A obra de arte deixa de ser a representação tal e qual da realidade, para ser o lugar da duplicidade, da polissemia, da ambivalência:

*Na ironia romântica, não são apenas as narrativas como tais que são irônicas, mas é o sujeito que as enuncia que assume atitude ironicamente crítica em relação ao mundo, a si próprio e ao que cria. Ao reconhecer aspectos de outridade de distintos sujeitos no sujeito individual, a ironia estilhaça o isolamento ao qual a auto-consciência aparentemente condena o sujeito, que reconhece poder atingir o mais alto apenas de forma limitada e finita, isto é, dialeticamente, através da ironia. (Duarte, 1994: 61)*

<sup>2</sup> Como ilustrações desse tipo de ironia, conferir o conto “Esses Lopes”, incluído em *Tutaméia*, de Guimarães Rosa e “Missa do galo”, de Machado de Assis, incluído em *Páginas recolhidas*.

O humor funciona na ironia romântica como veículo de construção da ambigüidade de vozes a fim de

(...) *demonstrar a impossibilidade de estabelecimento de um sentido claro e definitivo. A ironia romântica fundamenta-se ainda, certamente, na socrática, que usa o recurso da maiêutica para levar o interlocutor à reflexão e ao conhecimento, através do processo de destruir qualquer opinião isolada por colocá-la em contato com um contexto mais amplo ou estranho e por apresentar sucessivas questões que não encontram respostas, mas vazios. Ao negar as plenitudes e as certezas, esse tipo de ato irônico abre brechas conceituais impossíveis de preencher, criando espaço para o outro sujeito, o interlocutor.*" (idem, *ibidem*: 62)

A reflexão sobre os modos de apreensão artísticos, dessa forma, sugere a existência de pontos de convergência entre a Estética e uma Sociologia reflexiva de base hermenêutica. O estudo mais minucioso dos processos cognitivos na arte poderá contribuir para a formulação de novos modelos epistemológicos e metodológicos para uma sociologia cansada das limitações positivistas, mas que também não deseja confundir-se com a arte nem renunciar à sua função de teorização da conduta social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Machado de. "Teoria do medalhão". In ASSIS, Machado de. *Obra completa*. vol. II. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. "Introdução a uma sociologia reflexiva". *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRUYNE, P et al. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- DUARTE, Lélia Parreira. "Ironia, humor e fingimento literário". *Cadernos de Pesquisa do NAPq*. (15). Belo Horizonte : Fale/UFMG, 1994 : 54-77 .
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997
- HARRIES, Karsten. "O múltiplo uso da metáfora". In SACKS, Sheldon. (Org.) *Da Metáfora*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.
- MENEZES, E. D. Bezerra de. "Novas Perspectivas em Ciências Humanas". Fortaleza, Doutorado em Sociologia UFC, 1996 (Notas de aula)
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- RICOEUR, Paul. "O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento. In SACKS, Sheldon (Org.) *Da metáfora*. São Paulo: EDUC/ Pontes, 1992.
- QUÉRÉ, Louis. "Interpretação em Sociologia". *Margem* (1). São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais- PUC/SP, 1992: 47-62.